

Grupo Virtual de Estudos – GVE CI

Análise doutrinária comparativa entre as edições de O Céu e o Inferno

RELATÓRIO FINAL

A. Dados gerais

De 22/fev/21 a 16/ago/21

Das 20h00 às 21h30h

Modalidade: à distância

Nº final de participantes: 16

Metodologia: Ativa

Coordenador: Marco Milani

Integrantes: Adair Ribeiro, Alexandre Ferreira, Daniel Camasmie, Eliana Haddad, Fernando Porto, Henri Netto, João Roberto Nascimento*, José Fernando Paniago*, Julia Nezu, Katia Pelli, Luciana Farias*, Luiz Jorge Lira Neto, Marcelo Henrique, Marco Borges*, Marisa Carvalho, Mauro Dal Belo, Nelson Santos, Pascoal Bovino, Plínio de Luca, Renê Galetti*, Sônia Theodoro*.

* Ausentou-se por motivos pessoais/profissionais

B. Objetivo

Analisar, sob a perspectiva doutrinária, as alterações identificadas na 4ª ed. da obra O Céu e o Inferno. Destaca-se que não se pode afirmar se tais alterações ocorreram na 2ª ou na 3ª edição, pois as mesmas não estão, até o presente, disponíveis para análise.

C. Responsabilidades

As análises aqui apresentadas expressam, unicamente, as opiniões interpretativas dos participantes do GVE e não representam o posicionamento formal da USE-SP.

D. Programação

22/02 – Apresentação inicial

01/03 – Prefácio

08/03 – 1ªParte – Cap. 1

15/03 – 1ªParte – Cap. 2

22/03 – 1ªParte – Cap. 3

29/03 – 1ªParte – Cap. 4

05/04 – 1ªParte – Cap. 5

12/04 – 1ªParte – Cap. 6

19/04 – 1ªParte – Cap. 7

26/04 – 1ªParte – Cap. 8 a

03/05 – 1ªParte – Cap. 8 b

10/05 – 1ªParte – Cap. 9

17/05 – 1ªParte – Cap. 10

24/05 – 1ªParte – Cap. 11

31/05 – 1ªParte – Cap. 12

07/06 – 2ªParte – Cap. 1

14/06 – 2ªParte – Cap. 2

21/06 – 2ªParte – Cap. 3

28/06 – 2ªParte – Cap. 4

05/07 – 2ªParte – Cap. 5

12/07 – 2ªParte – Cap. 6

19/07 – 2ªParte – Cap. 7

26/07 – 2ªParte – Cap. 8

02/08 – Síntese das análises I

09/08 – Síntese das análises II

16/08 – Encerramento

E. Dinâmica das reuniões e método de estudo

O prefácio e os 20 capítulos da obra original O Céu e o Inferno foram estudados, distribuídos individualmente por reunião. Na primeira parte das reuniões (até 30 minutos), um resumo das principais alterações do capítulo selecionado foi apresentado pelo participante previamente escalado, seguido por seus comentários sobre a existência (ou não) de impactos doutrinários significativos decorrente das

alterações identificadas na última edição em análise. Após esse período, todos aqueles que desejassem comentar as respectivas alterações e o conteúdo relacionado se inscreviam e, por ordem, expunham seus pontos de vista, com a preocupação de fundamentar, doutrinariamente, os argumentos. Não foram objetos de análise as alterações relacionadas às questões gramaticais, de tipografia ou de outra origem, enfatizando-se tão-somente as questões doutrinárias.

Todas as reuniões foram gravadas com o consentimento dos participantes e os vídeos foram disponibilizados para uso restrito interno, sem a autorização de compartilhamento externo para se evitar o problema da descontextualização das falas e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. As apresentações e os textos complementares ou de interesse foram arquivados em pasta eletrônica para acesso exclusivo dos participantes do GVE.

Os tópicos debatidos não se restringiram a leituras pontuais e isoladas e permitiram a devida contextualização com a obra em análise (e todas as demais de autoria de Allan Kardec, com ênfase às demais obras fundamentais e à Revista Espírita).

Considerando as variações semânticas, gramaticais, de estilo e até equívocos doutrinários existentes nas versões traduzidas ao português, procurou-se priorizar os textos no idioma original, sempre que necessário.

F. Características das análises comparativas

Como premissa, todos os participantes tiveram plena liberdade para expor suas opiniões. Nesse sentido, não se sinalizou a proporção de concordantes ou discordantes sobre os impactos identificados. Nos itens que evidenciaram-se divergências interpretativas, ainda que a maioria tenha identificado benefícios ou prejuízos no texto gerado pelas alterações em análise, os demais integrantes tiveram suas perspectivas devidamente registradas, propiciando a pluralidade de ideias diante da eventual ambiguidade.

Assim, não foi objetivo deste grupo apresentar uma interpretação única ou que pudesse ser considerada superior à outra.

Destaca-se que muitos textos, em *O Céu e o Inferno*, são de partes de artigos publicados na Revista Espírita. Este fato foi considerado apenas para registro de origem ou semelhança textual, sem qualquer conotação de justificativa válida para a respectiva inclusão, uma vez que também ocorreram exclusões de trechos que constavam na Revista Espírita.

Um recurso didático, verificado por alguns integrantes, foi o de que Kardec utilizou na obra a repetição de argumentos, reforçando ou consolidando o conteúdo. Nas eliminações de trechos, o impacto interpretativo e conceitual do respectivo conteúdo foi discutido pelos participantes. Assim também ocorreu com as adições e reordenamentos analisados.

G. Síntese

A seguir, apresenta-se a síntese analítica comparativa, a qual expressa a perspectiva dos integrantes do GVE.

PREFÁCIO

Síntese – GVE (Os integrantes consideraram o texto relevante e doutrinariamente consistente, gerando surpresa não ter sido incluído na 4ª edição. Quase todo o texto do prefácio foi publicado na RE set/1865, porém esse fato não retira a relevância de tê-lo no início da obra *O Céu e o Inferno*, nem justifica a sua retirada.)

Comentário do apresentador (Marcelo):

Trata-se de oportuno recurso estilístico e literário, como fez Allan Kardec em obras anteriores. Inexistem elementos no prefácio que possam ser considerados ultrapassados, desnecessários, inoportunos ou que tenham sido, por Kardec, posteriormente considerados contraditórios ou superados. Assim, a retirada do prefácio, constitui grave prejuízo para o entendimento preliminar da obra e representa uma quebra da qualidade estilística.

1ª PARTE

Cap. 1 – O porvir e o nada

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias)

* Item 1 – Trecho eliminado na 4ª edição:

“Deus, cuja bondade é revelada por tal solicitude constante, mesmo para o menor inseto, poderia ele ter jogado sua criatura favorita na terra apenas para fazê-la sofrer sem esperança de compensação, sem dar-lhe às vezes tempo para gozar nem por poucas horas? Não seria uma isca cruel dar a ele desejos que nunca deveriam se tornar realidade? A barbárie de tê-lo dado à luz por causa da dor e depois mergulhado no nada?”

*Nota do item 3 – Trecho acrescido na 4ª edição:

“Se este jovem fosse espírita, teria dito a si mesmo: A morte só destruirá meu corpo, que deixarei como um casaco surrado, mas meu Espírito viverá para sempre. Serei, em minha vida futura, o que terei feito de mim mesmo nesta; nada que eu possa adquirir lá em termos morais e intelectuais será perdido, pois muito será ganho. para meu avanço; qualquer imperfeição que eu derrame é mais um passo em direção à bem-aventurança; minha felicidade ou infelicidade futura depende da utilidade ou futilidade de minha existência presente. É, portanto, do meu interesse aproveitar ao máximo o pouco tempo que me resta e evitar tudo o que possa diminuir as minhas forças. Qual dessas duas doutrinas é preferível?”

* Item 6 – Trecho eliminado na 4ª edição:

“E, além disso, de que adianta esse aperfeiçoamento, de que adianta tanto esforço para adquirir talentos e virtudes, de que adianta trabalhar para o progresso da humanidade, se tudo isso tem que vir correndo e se perder no oceano do infinito, sem lucro para o futuro de todos? Você também pode permanecer o que é, selvagem ou não, beber, comer, dormir em paz sem torturar sua mente.”

Comentário do apresentador (João):

"Não houve impacto doutrinário, porém os itens eliminados desfavorecem a discussão do tema e o trecho acrescido ficou redundante."

Interpretações – GVE

- a) Não houve divergência sobre os aspectos doutrinários, mas comentários sobre questões estilísticas e/ou interpretativas.
- b) No item 1, o trecho suprimido contém, para alguns, informação relevante doutrinariamente ao destacar os insetos como seres integrantes da cadeia evolutiva e sujeitos, portanto, à Lei do Progresso.
- c) Alguns consideraram que a Nota acrescida no item 3 não gerou redundância, pois reflete o caráter didático que Kardec costumava adotar para reforçar os conceitos tratados.
- d) Sobre o trecho eliminado no item 6, alguns consideraram que o conteúdo reforça a ideia de solidariedade entre os homens (Espíritos) – objetivo finalístico da existência e confirma a tese (espírita) da pluralidade das existências e da imortalidade.

Cap. 2 – Temor da morte

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias)

Comentário do apresentador escalado (Luís Lira):

"Inexistem trechos doutrinariamente significativos eliminados ou acrescentados, apenas reordenados. Foram acrescentados subtítulos e numeração dos itens, que favoreceram a leitura."

Interpretações – GVE

a) Não houve divergência sobre os aspectos doutrinários, apenas comentários sobre questões estilísticas e/ou interpretativa.

Cap. 3 – O céu

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias, porém divergências quanto ao favorecimento na compreensão de trechos específicos)

* Item 4 – Trecho acrescentado (sublinhado) na 4ª edição:

"O Espiritismo vem para resolvê-lo demonstrando o verdadeiro destino do homem. A natureza deste último, e os atributos de Deus sendo tomados como ponto de partida, chegamos à conclusão; ou seja, a partir do conhecido chega-se ao desconhecido por uma dedução lógica, sem falar nas observações diretas que o Espiritismo permite."

* Item 9 – Trecho eliminado (sublinhado) na 4ª edição:

"Cada existência é, portanto, um passo à frente no caminho do progresso, a menos que por sua preguiça, seu descuido ou sua teimosia no mal, ele não a tire proveito, caso em que cabe a ele recomeçar. Depende, portanto, aumentar ou diminuir o número de suas encarnações, sempre mais ou menos dolorosas e laboriosas."

* Item 10 – Trecho acrescentado na 4ª edição:

"O Espírito também progride na erraticidade; ele tira dela um conhecimento especial que não poderia adquirir na terra; suas ideias são modificadas ali. O estado físico e o estado espiritual são para ele a fonte de dois tipos de progresso que são interdependentes; é por isso que passa alternadamente nesses dois modos de existência."

Comentário do apresentador escalado (Daniel):

"Nas alterações pontuadas, não houve impacto doutrinário, mas algumas alterações que melhoram o texto."

Interpretações – GVE

a) Não houve divergência sobre os aspectos doutrinários, apenas comentários sobre questões conceituais cujos trechos eliminados poderiam reforçar ou favorecer a compreensão sobre a finalidade e aproveitamento da experiência reencarnatória.

Cap. 4 – O inferno

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias, mas divergências na compreensão do texto ou de conceitos)

→ Trechos acrescentados na 5ª edição nos itens 2 e 3; trechos eliminados nos itens 6 e 8.

* Trecho acrescentado na 5ª edição no item 2.

"Podendo conceber apenas o que vê, o homem primitivo modelou naturalmente seu futuro no presente; para compreender tipos diferentes daqueles que tinha diante de seus olhos, ele precisava de um desenvolvimento intelectual que só seria realizado com o tempo. Também a imagem que faz dos castigos da vida futura é apenas o reflexo dos males da

humanidade, mas em maior proporção; ele reuniu todas as torturas, todas as aflições que encontra na terra; assim, em climas escaldantes, ele imaginou um inferno de fogo e, nas regiões do norte, um inferno de gelo. O significado que foi mais tarde, para fazê-lo compreender o mundo espiritual ainda não desenvolvido, ele só poderia conceber as dores materiais; é por isso que, com algumas diferenças na forma, o inferno de todas as religiões é igual.”

* Item 3 – Trecho acrescido na 4ª edição:

“Os bem-aventurados, sem sair do lugar que ocupam, sairão de uma certa maneira, porém, por causa de seu dom de inteligência e de visão distinta, para considerar as torturas dos condenados; e, ao vê-los, não apenas não sentirão nenhuma dor, mas serão inundados de alegria e darão graças a Deus por sua própria felicidade ao testemunhar a inefável calamidade dos iníquos. (Santo Tomás de Aquino)”

* Item 6 – Trechos eliminados (sublinhados) na 4ª edição:

“É assim que as ideias do inferno pagão persistem até os dias atuais. De vez em quando, é verdade, os homens mais avançados do que o vulgo, olham para as penas futuras em um aspecto mais racional, mas não têm sido capazes de triunfar sobre a ignorância e as crenças deliberadamente detidas por interesses especiais.”

“As descobertas científicas desalojaram o inferno do centro da terra, assim como baniram do céu empíreo, mas não destruíram o princípio das punições e recompensas, porque esse princípio está de acordo com a justiça de Deus. Com o avanço das ideias, a crença simplesmente mudou em um sentido mais racional sobre a natureza dessas punições e recompensas. Então nos perguntamos onde diabos está, enquanto nos perguntamos onde está o céu. Por um tempo, a crença era incerta neste ponto como no outro. A revelação moderna hoje fixa a opinião pública, mostrando-nos o estado de quem sofre, como nos mostra o estado de quem é feliz.

Pelos exemplos que põe diante de nossos olhos, ela nos ensina que a alma sofre no mundo invisível por todo o mal que fez e por todo o bem que poderia ter feito e não fez. sua vida terrena; que não está condenado a uma pena absoluta, uniforme e por um determinado tempo, mas que sofre as consequências naturais de todas as suas más ações até que seja melhorado pelos esforços de sua vontade. Ela carrega dentro de si sua própria punição, e onde quer que esteja; não há necessidade de um lugar circunscrito. O inferno está, portanto, onde há almas sofredoras, assim como o céu está onde há almas felizes, o que não impede que ambos se agrupem, por analogia de posição, em torno de certos centros.

A alma sofre a dor de suas imperfeições no estado do Espírito e no estado de encarnação; mas aqueles que são imperfeitos sendo excluídos dos mundos felizes cuja harmonia eles perturbariam, são relegados a mundos menos avançados física e moralmente, onde expiam suas faltas pelas tribulações da vida, até que mereçam encarnar nos mundos superiores. Se se pode conceber um inferno localizado, é nos mundos da expiação, porque é ao redor desses mundos que também enxameavam os Espíritos imperfeitos e desencarnados que aguardam uma nova existência que, ao permitir-lhes reparar o mal que fizeram, ajudará seu avanço.

Comentário do apresentador escalado (Adair):

" A análise e o estudo dos Capítulo VI - Doutrina das penas eternas e Capítulo VII – As penas futuras segundo o Espiritismo, ajudam a entender melhor as alterações ocorridas neste capítulo. A 4ª edição se limitou a desenvolver apenas o assunto ao capítulo pertinente: “O inferno”. Na 4ª edição os textos e as ideias ficaram melhor desenvolvidos, em consonância com a proposta deste capítulo, que nos traz a evolução do pensamento sobre os conceitos de(o) inferno em várias épocas e povos, até a chegada da doutrina espírita. A leitura dos textos de forma individual e em momentos diferentes, em conjunto com a leitura dos capítulos VI e VII, ajudaram na percepção da melhora ocorrida."

Interpretações – GVE

- a) Alguns consideraram que as eliminações retiraram a ênfase da reflexão sobre aspectos relevantes, mesmo que já tendo sido tratados em obras anteriores ou serem retomados em capítulos posteriores.
- b) Outros, consideraram as alterações não geraram perda de conteúdo explicativo, mesmo havendo diversidade interpretativa.

Cap. 5 – Quadro comparativo do inferno pagão e do inferno cristão

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias nem na compreensão do texto e de conceitos)

* Trecho sublinhado acrescido na Nota do item 12 da 4ª edição

“Esses mesmos demônios, rebeldes a Deus para o bem, são de uma docilidade exemplar para fazer o errado; nenhum deles recua ou diminui para a eternidade. Que metamorfose estranha aconteceu neles, que tinha foram criados puros e perfeitos como as algas! Não é muito estranho vê-los dar o exemplo de compreensão perfeita, harmonia, concórdia inalterável, quando os homens não sabem viver em paz e estão dilacerados na terra? Tendo visto o luxo das punições reservadas aos condenados nascidos, e comparando sua situação com a dos demônios, perguntamo-nos quais são os mais dignos de pena: carrascos ou vítimas?”

Comentário do apresentador escalado (Nelson):

" As alterações não geraram impacto doutrinária. A incorporação deste capítulo no capítulo IV da 5ª edição não teve impacto doutrinário."

Interpretação – GVE

Todos concordaram que não houve impacto doutrinário nas alterações pontuadas.

Cap. 6 – O purgatório

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias, com exceção da substituição da palavra “sofrimento” por “expição”, em trecho do item 7).

* Item 2 – Nota acrescida na 4ª edição:

“O purgatório deu origem ao escandaloso comércio de indulgências, com a ajuda do qual a entrada para o céu foi vendida. Esse abuso foi a principal causa da Reforma, e foi isso que fez Lutero rejeitar o purgatório.”

* Item 7 – Substituição de termo (sublinhado)

“Graças à revelação dos Espíritos e aos exemplos que nos oferecem, sabemos que a duração deste sofrimento está subordinada à melhoria do culpado. (1ª edição)

“Graças à revelação dos Espíritos e aos exemplos que nos oferecem, sabemos que a duração desta expição está subordinada à melhoria do culpado. (4ª edição)

* Item 9 – Trecho acrescido na 4ª edição:

“Quando os homens tiverem melhorado, eles fornecerão ao mundo invisível apenas bons Espíritos, e estes, ao encarnar, fornecerão à humanidade corporal apenas elementos aperfeiçoados; então, a Terra deixando de ser um mundo de expiação, os homens não mais suportarão as misérias que são as consequências de suas imperfeições. É esta transformação que está ocorrendo agora e elevará a Terra na hierarquia dos mundos. (Ver Evangelho Segundo o Espiritismo, cap. III.)”

Comentário do apresentador escalado (Alexandre):

" Não houve impacto doutrinário nas alterações comentadas, identificando-se algumas melhorias pontuais na compreensão do texto"

Interpretações – GVE

a) Para alguns, a substituição do termo “sofrimento” por “expiação”, em trecho do item 7, gerou distorção conceitual, pois não se tratam de termos sinônimos e os respectivos significados possuem aplicação diferente, uma vez que o sofrimento, por si só, não implica expiação, da mesma maneira que a expiação, aqui entendida como purificação, não provoca, necessariamente, sofrimento.

b) Para outros, a substituição não gerou impacto doutrinário.

Cap. 7 – Doutrina das penas eternas

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias, mas, sim, na compreensão de trechos pontuais)

* Item 17 – Trecho eliminado na 4ª edição:

“Cada um admitirá, ao contrário, como justiça, uma pena de duração proporcional à gravidade da falta e à persistência do endurecimento no mal, mas deixando sempre a porta aberta ao arrependimento.”

* Item 22 – Trecho eliminado na 4ª edição:

“É por isso que, quando seu espírito atingiu um certo desenvolvimento, ele rejeita a crença nas tristezas eternas como incompatível com a ideia maior que ele tem da Divindade, e as noções mais exatas que ele tem do justo e da injustiça. Todas as discussões do mundo não poderiam triunfar sobre o óbvio; persistir, neste caso, é um defeito, pois é comprometer a própria autoridade.”

* Item 25 - Acréscimo de longo trecho bíblico (Ezequiel contra a eternidade das penalidades e do pecado original - Ezequiel, cap. XVIII)

Na 4ª edição faz-se referência incorreta, como sendo Ezequiel cap. XXVIII - e não XVIII.

Comentário do apresentador escalado (Plínio):

“Não houve impacto doutrinário nas alterações analisadas”

Interpretação – GVE

a) Todos concordaram que não houve impacto doutrinário nas alterações pontuadas, ressaltando-se o erro de referência sobre Ezequiel.

b) Alguns consideraram que as eliminações retiraram a ênfase da reflexão sobre aspectos relevantes, mesmo que já tendo sido tratados em obras anteriores ou retomados em capítulos posteriores.

Cap. 8 – As penas futuras segundo o Espiritismo

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias, porém houve significativa divergência interpretativa sobre a compreensibilidade do texto ou de conceitos)

* Trecho inicial eliminado

“Estando o destino das almas nas mãos de Deus, ninguém neste mundo pode por sua própria autoridade decretar o código penal divino. Qualquer teoria humana é apenas uma hipótese que tem apenas o valor de uma opinião pessoal e, por isso mesmo, pode ser mais ou menos engenhosa, racional, bizarra ou ridícula; só a sanção dos fatos pode dar-lhe autoridade e fazê-la passar ao estado de princípio.

Na ausência de fatos capazes de fixar suas ideias sobre a vida futura, os homens deram curso à sua imaginação e criaram essa diversidade de sistemas que compartilharam e ainda compartilham crenças. Se alguns homens da elite, em várias ocasiões, vislumbraram um pedaço da verdade, a massa ignorante permaneceu sob o domínio dos preconceitos que mais frequentemente lhes eram impostos. A doutrina das punições eternas é deste número. Esta doutrina teve seu dia; hoje é rejeitado pela razão. O que colocar no lugar? Um sistema substituído por outro sistema, embora mais racional, não terá, sempre para ele mais probabilidade, mas não certeza. É por isso que o homem, tendo chegado a este período intelectual que lhe permite refletir e comparar, nada encontrando que satisfaça totalmente a sua razão e corresponda às suas aspirações, flutua indeciso; alguns, assustados com a responsabilidade pelo futuro, e que desejam desfrutar o presente sem constrangimento, procuram se espantar e proclamar o nada após a morte, acreditando assim abrigar sua consciência; outros estão na perplexidade da dúvida; a maior parte acredita em algo, mas não sabe positivamente no que acredita.

Um dos resultados do desenvolvimento de ideias e conhecimentos adquiridos é o positivismo; o homem quer acreditar, mas quer saber por que acredita; ele não paga mais por palavras; sua razão viril quer algo mais substancial do que teorias; em suma, precisa de fatos.

Deus, portanto, julgando que a humanidade saiu da infância, e que o homem está maduro hoje para compreender verdades de uma ordem superior, permite que a vida espiritual seja revelada a ele por fatos que põem fim às suas incertezas, derrubando o andaime de hipóteses; é realidade após ilusão.”

* Longo trecho inicial acrescido (transcrito parcialmente do texto publicado na RE mar/69 intitulado A carne é fraca: estudo fisiológico e moral)

* Trecho inicial eliminado

“As leis que resultam dela são deduzidas apenas da concordância dessa multidão de observações; tal é o caráter essencial e especial da doutrina espírita; já um princípio geral não é extraído de um fato isolado, nem da afirmação de um único Espírito, nem do ensino dado a um único indivíduo, nem de uma opinião pessoal. Quem seria o homem que poderia se acreditar justo o suficiente para medir a justiça de Deus?

Os muitos exemplos citados neste trabalho para estabelecer o futuro destino da alma poderiam ter sido multiplicados *ad infinitum*, mas como todos podem observar por analogias, foi suficiente dar de certa forma os tipos das várias situações. A partir dessas observações, podemos deduzir as condições de felicidade e infelicidade na vida futura; provam que a pena não falta em nenhuma prevaricação e que, embora não seja eterna, a pena não é menos terrível de acordo com as circunstâncias.”

* Subtítulo acrescido “Código penal da vida futura”

* Trechos eliminados no texto do “Código penal da vida futura”

“2º Sendo todos os Espíritos perfectíveis, em virtude da lei do progresso, cada um carrega consigo os elementos da sua boa sorte ou do seu futuro infortúnio, e os meios para adquirir um e evitar o outro trabalhando para o seu próprio avanço.”

“3º ... daí segue-se que a soma da felicidade e infelicidade é devida à soma das qualidades boas ou más que o Espírito possui.”

“4º A punição é sempre consequência natural da falta cometida...”

* Trechos acrescidos no texto do “Código penal da vida futura”

“9º Qualquer falta cometida, qualquer mal consumado, é uma dívida contraída que deve ser paga; se não está em uma existência, será na próxima ou nas seguintes, porque todas as existências são sólidas umas com as outras. Aquele que absolve na existência presente não terá que pagar uma segunda vez.

10º O Espírito sofre a dor de suas imperfeições, seja no mundo espiritual, seja no mundo corporal. Todas as misérias, todas as vicissitudes que suportamos na vida corporal são consequências das nossas imperfeições, expiações pelas faltas cometidas, quer na existência presente, quer nas anteriores. Pela natureza dos sofrimentos e vicissitudes que alguém sofre na vida corporal, pode-se julgar a natureza das faltas cometidas em uma existência anterior e das imperfeições que são a causa delas.”

* Palavra substituída no texto do “Código penal da vida futura”

“5º A punição” por “11º A expiação”

* Trechos (sublinhados) eliminados no texto do “Código penal da vida futura”

“6º Não há regra absoluta e uniforme em relação à natureza, à intensidade e à duração da pena; a única lei geral é que toda falta recebe sua punição e toda boa ação sua recompensa de acordo com seu valor.” (este item passou a ser o 12º na 4ª edição)

“8º ... O que Deus requer para acabar com o sofrimento é arrependimento, expiação e reparação - em resumo, uma melhora séria e efetiva e um retorno sincero ao bem.” (este item passou a ser o 13º na 4ª edição)

“8º ... Assim se confirma esta afirmação: Não quero a morte do pecador, mas que viva, e vou persegui-lo ATÉ QUE SE ARREPENDA.¹

1. Se o ímpio faz penitência por todos os pecados que cometeu, se ele guarda todos os meus preceitos, e se ele age com retidão e retidão, ele certamente viverá e não morrerá. Não me lembrarei mais das iniquidades que ele cometeu; ele viverá nas obras de justiça que fará. Eu quero a morte dos ímpios, diz o Senhor Deus? e não quero que ele se converta, se retire de seu mau caminho e viva? (Ezequiel, cap. XVIII, v. 21, 22, 23; - cap. XXXIII, v. 11.)

* Trecho acrescido ao item 13º (ex-8º) no texto do “Código penal da vida futura”

“... ou, se se desejar, o mal moral, por si só, uma causa de sofrimento, o sofrimento dura enquanto o mal permanecer; sua intensidade diminui à medida que o mal diminui.

* Trechos (sublinhados) eliminados no texto do “Código penal da vida futura”

“9º A duração da punição sendo subordinada ao arrependimento (*palavra substituída por “melhoramento”*), resulta que o Espírito culpado, que nunca se arrependeria e nunca melhoraria, sofreria sempre, e que para ele o castigo seria eterno. A eternidade das penas deve, portanto, ser entendida em sentido relativo e não em sentido absoluto.” (este item passou a ser o 14º na 4ª edição)

* Itens acrescidos no texto do “Código penal da vida futura”

“16º O arrependimento é o primeiro passo para a melhoria; mas por si só não é suficiente, ainda requer expiação e reparação. Arrependimento, expiação e reparação são as três

condições necessárias para apagar os vestígios de uma falta e suas consequências. O arrependimento suaviza as dores da expiação, pois dá esperança e prepara o caminho para a reabilitação; mas o reparo sozinho pode anular o efeito, destruindo a causa; o perdão seria uma graça e não uma anulação.”

“17 ° O arrependimento pode ocorrer em qualquer lugar e a qualquer hora; se for tarde, o culpado sofre mais. A expiação consiste nos sofrimentos físicos e morais, que são consequência da falta cometida, quer desde a vida presente, quer, após a morte, na vida espiritual, ou numa nova existência corporal, até que os vestígios da falta sejam apagados. Reparar consiste em fazer o bem a quem prejudicou. Quem não conserta seus erros nesta vida, por impotência ou má vontade, se encontrará, em uma existência posterior, em contato com as mesmas pessoas que tiveram que reclamar dele, e nas condições por ele escolhidas, para que pudesse provar sua devoção a eles, e fazer-lhes tanto bem quanto mal.

Nem todas as falhas causam danos diretos e eficazes; neste caso, o reparo é realizado: fazendo o que se tinha que fazer e o que não fez, cumprindo os deveres que se negligenciou ou mal compreendeu, as missões onde se falhou; praticando o bem ao contrário do que fizemos de errado: isto é, sendo humildes se fomos orgulhosos, gentis se fomos duros, caridosos se fomos egoístas, benevolentes se fomos maliciosos, laboriosos se fomos preguiçosos, útil se foi inútil, moderado se foi dissoluto, um bom exemplo se deu maus resultados etc. É assim que o Espírito progride, fazendo uso de seu passado¹”

Nota 1 “A necessidade de reparação é um princípio de justiça rigorosa que pode ser considerada a verdadeira lei da reabilitação moral dos Espíritos. É uma doutrina que nenhuma religião ainda proclamou.

No entanto, algumas pessoas o rejeitam, porque achariam mais conveniente poder apagar seus erros por um simples arrependimento, que custa apenas palavras, e com a ajuda de algumas fórmulas; Eles são livres para acreditar que estão redimidos: eles verão mais tarde se isso é suficiente para eles. Poderíamos perguntar-lhes se este princípio não está consagrado na lei humana, e se a justiça de Deus pode ser inferior à dos homens? Se ficassem satisfeitos com um indivíduo que, tendo os arruinado por quebra de confiança, se limitaria a dizer-lhes que se arrepende infinitamente. Por que deveriam eles se esquivarem de uma obrigação que todo homem bom faz questão de cumprir, na medida de suas forças? Quando essa perspectiva de reparação for inculcada na crença das massas, será um freio muito mais do que acabar com ela e castigos eternos, pois toca na atualidade da vida, e que o homem entenderá o porquê do circunstâncias dolorosas em que ele se encontra colocado.”

“31° Às dores que o Espírito suporta na vida espiritual somam-se as da vida corporal, que são consequência das imperfeições do homem, das suas paixões, do mau uso das suas faculdades e da expiação das suas faltas presentes e passado. É na vida corporal que o Espírito repara o mal de suas existências anteriores, que põe em prática as resoluções tomadas na vida espiritual. Isso explica essas misérias e essas vicissitudes que, à primeira vista, parecem não ter razão de existir e são absolutamente justas quando adquiridas do passado e utilizadas para o nosso progresso.¹

1 Ver acima, cap. VI, O Purgatório, nos itens 3 e segs.; e abaixo, cap. XX: Exemplos de expiações terrestres. - Evangelho segundo o Espiritismo, cap. V: Bem-aventurados os aflitos.”

* Trechos (sublinhados) acrescentados no texto do “Código penal da vida futura”

“18. Os Espíritos Imperfeitos são excluídos dos mundos felizes, cuja harmonia eles perturbariam; eles permanecem nos mundos inferiores, onde expiam suas faltas por meio das tribulações da vida e se purificam de suas imperfeições, até merecerem a encarnação nos mundos mais avançados moral e fisicamente. Se se pode conceber um lugar de punição cercado, é nos mundos da expiação, pois é em torno desses mundos que enxameiam os Espíritos imperfeitos e desencarnados, à espera de uma nova existência que, ao permitir-lhes reparar o mal que fizeram, ajudará seu avanço.”

* Trechos eliminados no texto do “Código penal da vida futura”

“11° É possível que um Espírito nunca melhore? Não; caso contrário, ele estaria fatalmente condenado à inferioridade eterna e escaparia à lei do progresso que providencialmente governa todas as criaturas.”

“15° ... Respondemos não apenas ao mal que fizemos, mas também ao bem que poderíamos fazer e não fizemos.”

* Item eliminado no texto do “Código penal da vida futura”

“16° Não é o mesmo de acordo com a doutrina vulgar do inferno; o inferno é igual para todos; o culpado de uma única falta sofre ali o mesmo tormento eterno daquele que cometeu milhares. Se assim não fosse, o inferno não seria mais inferno, porque haveria almas menos infelizes que umas as outras.”

* Trecho acrescido no texto do “Código penal da vida futura”

“25° ...até que o arrependimento e o desejo de reparação venham a amenizá-la, tornando possível ver a possibilidade de acabar, por si, com essa situação.”

* Trechos (sublinhados) eliminados no texto do “Código penal da vida futura”

“22° A misericórdia de Deus é infinita, sem dúvida, mas não é cega; ele o estabelece como uma condição: arrependimento, expiação e reparação. O culpado a quem ele perdoa não é exonerado, e enquanto ele não cumprir essas condições...” (este item passou a ser o 29° na 4ª edição)

* Trechos (sublinhados) substituídos no texto do “Código penal da vida futura”

“24° ... Sem dúvida ele poderia; se não o fez, deve ter motivos que ainda escapam à nossa razão, e cuja sabedoria compreenderemos mais tarde.”

“32° ... Sem dúvida, ele poderia; se ele não fez, é porque, em sua sabedoria, ele queria que o progresso fosse a lei geral.”

* Trecho acrescido no texto do “Código penal da vida futura”

“33 ° Apesar da diversidade de tipos e graus de sofrimento dos Espíritos imperfeitos, o código penal da vida futura pode ser resumido nestes três princípios: O sofrimento está ligado à imperfeição.

Toda imperfeição, e toda culpa que dela decorre, traz consigo o seu próprio castigo, pelas suas consequências naturais e inevitáveis, assim como a doença é o resultado dos excessos, o tédio o da ociosidade, sem que seja necessária uma condenação especial para cada falta e cada indivíduo.

Qualquer homem, capaz de se livrar de suas imperfeições pelo efeito de sua vontade, pode poupar-se dos males que delas resultam e garantir sua felicidade futura.”

Comentários do apresentador escalado (Plínio):

"Muitas alterações verificadas neste capítulo. De modo geral, não houve prejuízo doutrinário, mas muitas eliminações prejudicaram o reforço conceitual que Kardec sempre usou, pois ele costumava repetir os ensinamentos. Alguns acréscimos contribuíram para a compreensão do texto."

Interpretações – GVE

a) Considerando as várias alterações, todos apontaram não haver prejuízos doutrinários, porém muitas observações foram feitas. Para alguns, a retirada de trechos que reforçavam os ensinamentos ou os conceitos empobreceram o texto.

b) Alguns entenderam que as alterações não empobreceram o texto e geraram melhorias significativas na leitura e compreensibilidade.

c) Em relação ao “Código Penal da Vida Futura”, para alguns, os itens acrescidos são compatíveis doutrinariamente e representam elementos adicionais importantes. O mesmo não se pode dizer em relação às supressões, sobretudo às que eliminaram por completo, da obra, tais parágrafos que poderiam, igualmente às adições, serem contributivas.

Cap. 9 – Os anjos

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias, apenas questões pontuais estilísticas)

* Item 5 – Parte do texto foi reordenado como itens 10 e 11.

Comentário da apresentadora escalada (Kátia):

“Nesse capítulo não houve prejuízo na compreensão, de uma maneira geral, para o entendimento dos princípios doutrinários.”

Interpretações – GVE

a) Alguns consideraram que o reordenamento de trechos do item 5 para compor os itens 10 e 11 da 4ª edição melhorou a sequência da leitura, porém outros consideraram que o reordenamento foi desnecessário pois o tema em discussão estaria compatível no próprio item 5 da edição original.

Cap. 10 – Os demônios

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias, apenas questões pontuais estilísticas)

* Item 9 – trecho e respectiva nota acrescidos na 4ª edição

“A consequência dessa teoria é a seguinte: Deus quis criar neles seres perfeitos, pois os havia preenchido com todos os dons, e se enganou; portanto, de acordo com a Igreja, Deus não é infalível.¹

1 Esta monstruosa doutrina é afirmada por Moisés, quando diz (Gênesis, cap. VI, v. 6 e 7): *Ele se arrependeu! de ter feito o homem na terra. E, sendo tocado pelo fundo do coração, - disse: “Destruirei o homem que criei da terra; Destruirei tudo, desde o homem até os animais, desde tudo o que rasteja na terra até os pássaros do céu: pois me arrependo de tê-los criado.*

Um Deus que se arrepende do que fez não é perfeito nem falível: portanto, não é Deus. No entanto, estas são as palavras que a Igreja proclama como verdades sagradas. Também não vemos muito o que havia em comum entre os animais e a perversidade dos homens para merecer seu extermínio.”

* Item 21 – trecho eliminado

“Durante os primeiros períodos de sua existência, os Espíritos estão sujeitos à encarnação material necessária ao seu desenvolvimento, até que atinjam um determinado grau. O número de encarnações é indeterminado e subordinado à velocidade do progresso; o progresso deve-se à obra e à boa vontade do Espírito que age em todas as circunstâncias em virtude de seu livre arbítrio. Aqueles que, por seu descuido, sua negligência, sua obstinação e sua má vontade, permanecem mais tempo nas classes mais baixas; sofrem com isso, e o hábito do mal torna mais difícil para eles sair dele; mas chega um momento

em que eles se cansam da existência dolorosa e dos sofrimentos que são suas consequências; é então que, comparando a sua situação com a dos bons Espíritos, compreendem que o seu interesse está no bem e procuram melhorar-se, mas o fazem por sua própria vontade e sem serem obrigados a fazê-lo. Eles estão sujeitos à lei do progresso por sua habilidade de progredir, mas eles não progridem apesar de si mesmos. Deus continuamente lhes fornece os meios, mas eles são livres para usá-los ou não. Se o progresso fosse obrigatório, eles não teriam mérito, e Deus quer que tenham o de suas obras; ele não coloca ninguém na primeira categoria por privilégio; a primeira fila é aberta a todos, mas eles só chegam lá com o esforço. Os anjos mais elevados conquistaram sua posição como os outros, percorrendo o caminho comum. Todos eles, de alto a baixo, pertenceram ou ainda pertencem à humanidade.

Os homens são, portanto, Espíritos encarnados mais ou menos avançados, e os Espíritos são as almas dos homens que deixaram seu invólucro material. A vida espiritual é a vida normal do Espírito; o corpo é apenas uma vestimenta temporária apropriada para as funções que devem desempenhar na terra; tal guerreiro veste a armadura e a cota de malha para o momento do combate e os deixa após a batalha, exceto para retomá-los quando chegar a hora de uma nova luta. A vida corporal é a luta, a luta que os Espíritos devem travar para avançar; para isso, vestem a armadura que para eles é um instrumento de ação, mas ao mesmo tempo um constrangimento.

Os Espíritos trazem para a encarnação suas qualidades de Espírito; aqueles que são imperfeitos tornam-se homens perfeitos; aqueles que são mais avançados, bons, inteligentes, educados, tornam os homens instintivamente bons, inteligentes e capazes de adquirir novos conhecimentos com facilidade; da mesma forma, ao morrer, o homem provê o mundo espiritual de espíritos, bons ou maus, avançados ou atrasados. O mundo corporal e o mundo espiritual estão, portanto, constantemente fluindo um para o outro.

Entre os espíritos malignos, há alguns que têm toda a perversidade dos demônios, e a quem o retrato que fazemos destes últimos pode ser aplicado de todas as maneiras. Em sua encarnação, eles produzem esses homens perversos e astutos que têm prazer no mal, que parecem nascidos para o infortúnio de todos aqueles que atraem para sua intimidade, e aos quais podemos dizer, sem insultá-los, que são demônios encarnados.”

* Item 21 – trecho acrescido (substituindo o trecho acima eliminado)

“Aqueles que, por seu descuido, sua negligência, sua obstinação e sua má vontade permanecem mais tempo nas classes mais baixas, sofrem a pena, e o hábito do mal torna mais difícil para eles sair; mas chega um momento em que eles se cansam desta existência dolorosa e dos sofrimentos que resultam dela; é então que, comparando a sua situação com a dos bons Espíritos, compreendem que o seu interesse está no bem e procuram melhorar-se, mas o fazem por vontade própria e sem serem forçados. Eles estão sujeitos à lei do progresso por sua aptidão para o progresso, mas eles não progridem apesar de si mesmos. Deus continuamente lhes fornece os meios, mas eles são livres para usá-los ou não. Se o progresso fosse obrigatório, eles não teriam mérito, e Deus quer que tenham o de suas obras; não há ninguém na primeira classe por privilégio, mas a primeira classe está aberta a todos, e eles só chegam lá por seus esforços. Os anjos mais elevados conquistaram sua posição como os outros, percorrendo o caminho comum.”

Comentário do apresentador escalado (Pascoal):

“Não há alterações substanciais. A eliminação do trecho do item 21 e o acréscimo no mesmo item não possuem impacto doutrinário”

Interpretações – GVE

a) Todos concordaram com o relator quanto à inexistência de impacto doutrinário, porém alguns consideraram que as alterações não se justificam didaticamente.

Cap. 11 – Intervenção dos demônios nas modernas manifestações

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias, apenas questões pontuais estilísticas)

* Item 5 – trecho eliminado(sublinhado)

“Suponhamos, por hipótese, a distinção acima, suponhamos que somente seres de natureza angelical possam se manifestar, com exclusão das almas humanas, vejamos se é racional conceder esse privilégio aos demônios, se esta última opinião concorda com os fatos, e se não for contradito pela própria doutrina sobre a natureza e os poderes dos anjos.”

* Item 5 – trecho acrescido (substituindo o trecho acima eliminado)

“Suponhamos, por hipótese, a doutrina acima, e ver se ela não se destrói por seus próprios argumentos.”

* Item 10 – trechos eliminados

“- Pode acontecer que o Espírito preveja coisas que julga útil dar a conhecer, ou que tem por missão dar a conhecer; mas há ainda mais a se ter cuidado com os espíritos enganadores que se divertem fazendo previsões; apenas a totalidade das circunstâncias pode fazer alguém apreciar o grau de confiança que eles merecem. (LM, Cap. XXVI.)”

“Em seguida, outra consideração é que tudo deve vir no tempo devido e quando as idéias estiverem maduras para recebê-lo; se o homem tivesse esse poder, ele perturbaria a ordem das coisas, cultivando os frutos antes da estação.

Deus disse ao homem: *Tirarás o teu alimento da terra com o suor da tua testa*; Figura admirável que pinta a condição em que se encontra aqui embaixo; ele deve progredir em tudo pelo esforço do trabalho; se demos a ele coisas prontas, que uso sua inteligência faria? ele seria como o colegial de quem outro cumpriria o dever.”

* Nota acrescida ao item 11

“Querendo persuadir as pessoas curadas pelos Espíritos de que foram curadas pelo demônio, separamos radicalmente da Igreja um grande número que não sonhava em deixá-la.”

* Item 13 – trechos eliminados

“- Os Espíritos Inferiores são mais ou menos ignorantes; seu horizonte moral é limitado, sua perspicácia restrita; eles têm coisas apenas uma ideia muitas vezes falsa e incompleta; além disso, ainda estão sob a influência de preconceitos terrestres que às vezes tomam por verdades; é por isso que eles não conseguem resolver algumas questões. Eles podem nos enganar, intencionalmente ou não, sobre o que eles próprios não entendem.

- Nem todos os Espíritos inferiores são essencialmente maus; há alguns que são apenas ignorantes e levianos; há aqueles que são jocosos, espirituosos, engraçados e que sabem como lidar com piadas delicadas e mordazes. Além disso, encontramos no mundo espiritual, como na terra, todos os tipos de perversidade e todos os tipos de superioridade intelectual e moral.”

* Item 14 – trechos eliminados

“Portanto, quando um Espírito se rende ao chamado feito a ele, é com a permissão de Deus. Se, segundo a Igreja, quando pedimos a Deus que venha um Espírito bom, só podemos obter os maus, é Deus quem os envia, isto é, quem dá o mal quando pedimos o bem. Uma dessas doutrinas é esquecer esta palavra de Cristo: “Pedi e ser-vos-á dado; Procura e acharás; bata na porta, e ela será aberta para você. Pois todo aquele que pede recebe, e quem busca encontra; e será aberto para aquele que bate à porta.

- Quem é o homem entre vocês que dá uma pedra ao filho quando ele lhe pede pão? Ou se ele lhe pedir um peixe, ele lhe dará uma cobra? - Se, então, sendo mau como és, sabes dar coisas boas aos teus filhos, com que maior intensidade o teu Pai que está nos céus dará bens verdadeiros a quem os pede? (S. Mateus, cap. VII, v. De 7 a 11.)”

Comentário do apresentador escalado (René):

“Não há alterações substanciais. A eliminação do trecho do item 21 e o acréscimo no mesmo item não possuem impacto doutrinário”

Interpretações – GVE

a) Apesar de todos considerarem não haver prejuízos doutrinários, para alguns, a eliminação dos textos empobreceu e até prejudicou a compreensão dos assuntos tratados pois continham elementos úteis e relevantes que estão em concordância com o método de Kardec de rerepresentar e reforçar conceitos ao longo das obras.

Cap. 12 – Da proibição de evocar os mortos

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias, apenas questões pontuais estilísticas)

* Item 4 – trecho acrescido

“... muito mais: que o Espiritismo condena justamente o que motivou a defesa de Moisés; mas, cegos pelo desejo de encontrar um argumento contra as novas ideias, eles não perceberam que esse argumento estava completamente errado.”

* Item 5 – trecho eliminado

“O que Deus diz em seus mandamentos? “Você não terá outro Deus além de mim; não tomarás o nome de Deus em vão; Honre seu pai e sua mãe; você não vai matar; Não cometerás adultério; você não vai roubar; você não deve falar falso testemunho; você não irá cobiçar o bem do seu vizinho. Aqui está uma lei que é de todos os tempos e de todos os países, e que, por esse mesmo fato, tem um caráter divino; mas não se trata da proibição de evocar os mortos; daí que se conclua que esta defesa foi uma simples medida disciplinar e circunstancial.”

* Item 8 – trecho eliminado

“O que Moisés condena? mágicos, vinhos, augúrios, feitiços, feitiços, em uma palavra tudo o que vem sob a magia; ora, isso é precisamente o que o próprio espiritualismo condena, como se prova no capítulo anterior, e o que se mostra ainda mais claramente pelo estudo completo da doutrina. Visto que ele não tem nada em comum com a magia, seja como um fim ou como um meio, o próprio Moisés não teria encontrado material para aplicar sua lei a ele.”

* Item 13 – trecho eliminado (sublinhado)

“Ficamos tão felizes com essa descoberta que não percebemos que este artigo é uma justificativa da doutrina espírita, já que esta condena o que Moisés proíbe.”

Comentário do apresentador escalado (Nelson):

“As alterações não geraram impacto doutrinário e não chegaram a melhorar significativamente a interpretação do texto.”

Interpretações – GVE

a) Não foram identificados impactos doutrinários, porém, para alguns, as eliminações não apresentam melhorias na interpretação do conteúdo.

2ª PARTE

Cap. 1 – A passagem

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias)

Comentário do apresentador escalado (Marco Borges):

“Praticamente não houve alteração no texto que poderia gerar impacto doutrinário.”

a) Considerando a ausência de alterações, não existiram comentários interpretativos sobre eventual impacto doutrinário.

Cap. 2 – Espíritos felizes

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias)

* Item III – 12 e 13 – trechos eliminados

“12. Entre os Espíritos que estão aqui, você vê o nosso presidente espiritual São Luís? - R. Ele está sempre perto de você e, quando está ausente, sempre sabe como deixar um Espírito superior para substituí-lo.

13. Você não vê outros Espíritos? - R. Pardon, o Espírito de Verdade, Santo Agostinho, Lamennais, Soneto, São Paulo, Luís e outros amigos que você menciona, estão sempre em suas reuniões.”

Comentário do apresentador escalado (Marcelo):

“As alterações não geraram impacto doutrinário.”

a) A eliminação do item 13 não teve impacto doutrinário, porém, para alguns, prejudicou a compreensão de um aspecto relevante ao movimento espírita ao se tratar do grupo espiritual que participou diretamente com Kardec da elaboração da Doutrina Espírita. O Espírito de Verdade, se fosse Jesus como alguns supõem, não seria mencionado como do mesmo nível e entre os demais citados.

b) Para alguns, o fato do Espírito de Verdade ser mencionado entre os demais citados, não significa que ele não possa ser Jesus e a eliminação desse trecho não geraria especulações nesse sentido.

Cap. 3 – Espíritos em uma condição mediana

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias)

Comentário da apresentadora escalada (Júlia):

“As poucas alterações identificadas não geraram impacto doutrinário.”

a) Todos concordaram com a apresentadora.

Cap. 4 – Espíritos sofredores

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias)

Comentário da apresentadora escalada (Eliana):
“As alterações ocorridas não geraram impacto doutrinário.”

* Item: “Estudo sobre as comunicações de Claire” – trecho acrescentado

“A seguinte explicação também foi dada sobre esta obscuridade:

O perispírito tem, por sua natureza, uma propriedade luminosa que se desenvolve sob a influência da atividade e das qualidades da alma. Poderíamos dizer que essas qualidades estão para o fluido perispiritual o que a fricção está para o fósforo. O brilho da luz é devido à pureza do Espírito; as menores imperfeições morais o mancham e enfraquecem. A luz que irradia de um Espírito é, portanto, tanto mais vívida quanto mais é avançada. O Espírito sendo, de certa forma, seu portador de luz, ele vê mais ou menos de acordo com a intensidade da luz que produz; daí segue-se que aqueles que não o produzem estão na obscuridade.

Esta teoria é perfeitamente correta quanto à irradiação do fluido luminoso pelos Espíritos superiores, o que é confirmado pela observação; mas esta não parece ser a verdadeira causa, ou pelo menos a única causa do fenômeno em questão, visto que: 1º nem todos os Espíritos inferiores estão nas trevas; 2º que o mesmo Espírito pode ser encontrado alternadamente na luz e nas trevas; 3º que a luz é um castigo para certos Espíritos muito imperfeitos. Se a obscuridade em que certos Espíritos estão mergulhados fosse inerente à sua personalidade, seria permanente e geral, vale para todos os Espíritos malignos, o que não é, já que os Espíritos da última perversidade veem perfeitamente, enquanto outros, que só podem ser chamados de pervertidos, estão temporariamente em trevas profundas. Tudo assim prova que, além do que lhes é próprio, os Espíritos recebem também uma luz externa que lhes falta de acordo com as circunstâncias; do que se deve concluir que esta obscuridade depende de causa ou vontade estrangeira, e que constitui uma pena especial para os casos determinados pela justiça soberana.”

a) Todos consideraram que as alterações não geraram impacto doutrinário.

b) Alguns entenderam que o trecho acrescentado referente ao comentário do Espírito sobre a luminosidade produzida pelos fluidos perispirituais contribuem favoravelmente para o entendimento dessa questão. Outros destacaram que se trata de hipótese e que Kardec levantou limitações a ela.

Cap. 5 – Suicidas

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias)

Comentário do apresentador escalado (Fernando):
“Não houve alterações significativas, as quais não geraram impacto doutrinário.”

a) Todos concordaram com o apresentador.

Cap. 6 – Criminosos arrependidos

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias)

Comentário do apresentador escalado (Mauro):
“As poucas alterações identificadas não geraram impacto doutrinário.”

a) Todos concordaram com o apresentador.

Cap. 7 – Espíritos endurecidos

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias)

* Trecho acrescentado após a comunicação do Espírito Lapommeray

“Este Espírito é colocado aqui entre os endurecidos, porque demorou muito para mostrar o menor arrependimento. É um exemplo dessa verdade que o progresso moral nem sempre segue o progresso intelectual. Aos poucos, porém, ele se emendou e, mais tarde, deu comunicações sensatamente fundamentadas e instrutivas. Hoje ele pode ser classificado entre os Espíritos arrependidos.”

Comentário da apresentadora escalada (Marisa):

“As poucas alterações identificadas não geraram impacto doutrinário.”

a) Todos concordaram com a apresentadora.

Cap. 8 – Expições terrestres

Síntese do capítulo – GVE (Não foram identificadas divergências doutrinárias)

Comentário do apresentador escalado (Henri):

“Não existirão muitas alterações e, dessas, não houve impacto doutrinário.”

a) Todos concordaram com o apresentador.

H. Resultados

Destaca-se que, por não estarem disponíveis até o momento, não se sabe o quanto das alterações podem ter sido realizadas na 2ª ou na 3ª edição, mas isso é indiferente para a esta análise. A edição original não possui numeração nos itens, portanto essa inserção posterior favoreceu o estudo comparativo.

A comparação da edição original com a 4ª edição do livro O Céu e o Inferno apontou como principal impacto a eliminação do Prefácio, gerando evidente prejuízo ao leitor sobre a apresentação e discussão da obra, além do fato de que a parte suprimida contém elementos doutrinários relevantes pertinentes ao conteúdo a ser desenvolvido.

Na 1ª parte, apesar das supressões, adições e reordenamentos realizados não representarem prejuízo ou deturpação de princípios e valores doutrinários, determinadas alterações geraram significativas divergências interpretativas entre os participantes sobre o empobrecimento ou o enriquecimento do conteúdo. Um dos capítulos mais discutidos nesse sentido foi o nº 8 - As penas futuras segundo o Espiritismo (nº 7, na 4ª edição).

Reafirma-se que, por estratégia didática, Kardec recorrentemente repetia e reafirmava elementos doutrinários já apresentados nesta obra e, diante de diversas eliminações de trechos e até itens completos, esse recurso didático foi questionado por vários participantes em nome de uma suposta melhoria na redação.

Na 2ª parte, não foram identificadas alterações significativas que gerassem algum impacto doutrinário.

I. Comentários finais

Considerando o objetivo proposto, o GVE atendeu plenamente as expectativas em um ambiente pautado pela profundidade teórica espírita e pelo respeito à pluralidade de ideias, proporcionando ricos debates sobre as temáticas tratadas.

Uma vez que as discussões realizadas tiveram o enfoque exclusivamente doutrinário, questões secundárias envolvendo a autoria das alterações da 4ª edição de O Céu e o Inferno não foram objeto de registro. Tal fato é relevante para evidenciar que a análise doutrinária independe de qualquer suposição prévia de autoria, ao contrário da pretensa infalibilidade do autor. O fato de, até o momento, não existirem exemplares disponíveis para a análise comparativa da 2ª e 3ª edição da obra e se desconhecer o quanto das alterações podem ter sido realizadas nas mesmas, atesta a legitimidade da postura crítica do objetivo deste estudo.

Diante da inexistência na 4ª edição do relevante prefácio da obra e das passagens com divergências interpretativas pelos integrantes do GVE sobre o empobrecimento ou enriquecimento do conteúdo gerado pelas alterações, recomenda-se aos estudiosos em geral a leitura da edição original e a análise comparativa entre as edições, sob a perspectiva doutrinária, para verificarem, por si mesmos, os eventuais impactos ocorridos.

Marco Milani

Grupo Virtual de Estudos
Depto de Doutrina – USE-SP

Agosto/2021